



**COMISSÕES DE:**  
**LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**  
**FINANÇAS E ORÇAMENTO.**  
**PARECER CONJUNTO**

PROJETO DE LEI Nº 132/2025.

Ementa: Declara de Utilidade Pública Municipal o “Instituto Quality Assistencial”.

Autoria: Vereador Antônio Donizete Mercúrio.

**I – RELATÓRIO E OBJETIVOS DO PROJETO:**

O Projeto visa a declaração de Utilidade Pública Municipal do “Instituto Quality Assistencial”.

O Instituto Quality é uma organização da sociedade civil – OSC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que presta serviços na área da saúde, atuando em todas as especialidades médicas e, em especial, realiza ações e procedimentos na saúde ocular – oftalmologia, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e para quem deles necessitar, sem discriminação.

**II – PARECERES:**

As competências das Comissões que a este parecer conjunto subscrevem, estão especificadas no Regimento Interno (artigo 40, c/c o artigo 125).

O assunto corresponde a interesse local do Município, de forma que este é o ente competente para propô-lo, nos termos do art. 30, I da CF/88.

→ Quanto aos aspectos legais a lei federal 9.637/1998, autorizou o poder executivo a qualificar como organizações sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas as atividades estatutárias sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, a cultura e a saúde, atendidos os requisitos previstos naquele diploma

A organização social, portanto, não é um novo ente administrativo, é uma qualificação, um título, que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios (dotações orçamentárias, isenções fiscais, etc.) para a realização de atividades necessariamente de interesse coletivo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



À Coordenadoria Legislativa

A/C Angélica Martins Manso

Ofício Administrativo nº \_\_\_\_/20225.

Referência: Minuta de Parecer do Projeto de Lei nº 132/2025.

Assunto: Declara de Utilidade Pública Municipal o “Instituto Quality Assistencial”.

Autoria: Vereador Antônio Donizete Mercúrio.

## **Manifestação do Departamento Jurídico.**

Em atendimento à solicitação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vimos, nos termos do Ato da Presidência nº 21/2018, apresentar, com fulcro nas atribuições funcionais do Departamento Jurídico, a minuta de Parecer obrigatório das comissões competentes, para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

Ressaltamos que a Minuta do Parecer se reporta, exclusivamente, ao caráter técnico da propositura, fugindo de nossa competência e de nossa intenção formar qualquer juízo de valor sobre o mérito, atribuição que compete aos ilustres parlamentares.

Franca, 13 de novembro de 2025.

**Taysa Mara Thomazini**

**Advogada - OAB/SP n.º 196.722**

**Maria Fernanda Bordini Novato**

**Advogada - OAB/SP n.º 215.054**



# CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Municipal, pg 379, dispõe o seguinte sobre o assunto:

*“Estados e Municípios, se quiserem se utilizar dessa forma de parceria na sua administração, deverão aprovar suas próprias leis. Trata-se de matéria de prestação de serviços, e, por conseguinte, de competência da respectiva entidade estatal. A lei Federal 9.637, de 1998, não é uma lei nacional, cujas normas gerais seriam aplicáveis aos Estados e Municípios. Ela pode servir de modelo, devendo ser adaptada as peculiaridades regionais ou locais, de acordo com os setores considerados prioritários pela entidade: Cultura, meio ambiente, saúde, ensino, desenvolvimento tecnológico, pesquisa científica etc.”*

Há lei municipal disciplinando o assunto: lei municipal nº 2.343/1975, e o Projeto atende todos os seus requisitos.

Quanto à competência da autoridade, é possível que seja a matéria proposta por parlamentar, posto que não se insere no rol taxativo do artigo 61 da CF/88.

No tocante a forma (ato normativo) utilizado, bem como seu status na escala hierárquica normativa, consideramos correta a forma de lei ordinária, já que não se insere no rol de leis complementares, estabelecido no art. 270 da LOMF.

➤ Assim, quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, o Projeto está adequado às normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

No que se refere ao Mérito, o Projeto objetiva viabilizar o fomento às atividades de interesse social desenvolvida pelas entidades sem fins lucrativos.

No tocante ao Quórum de votação, exige-se maioria simples de votos, nos termos da LOMF

### III – DECISÃO DAS COMISSÕES:

A Comissão de Justiça e Redação, em seus estritos limites, remete o Projeto à alta consideração e deliberação do Augusto Plenário, a quem cabe a decisão final.

Quanto às Comissões de Mérito, conclui-se que não há óbice ao Projeto em questão.

Ao Egrégio Plenário, para decisão soberana.

Câmara municipal, em 13 de novembro de 2025.

**AS COMISSÕES DE:**





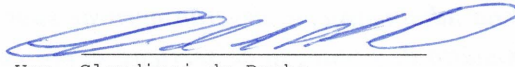
# CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

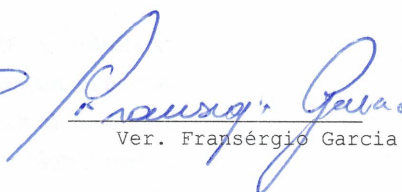
ESTADO DE SÃO PAULO

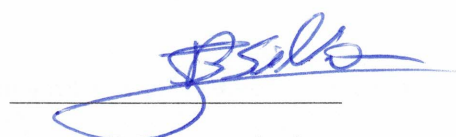
[www.camarafranca.sp.gov.br](http://www.camarafranca.sp.gov.br)



## LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
Ver. Claudinei da Rocha

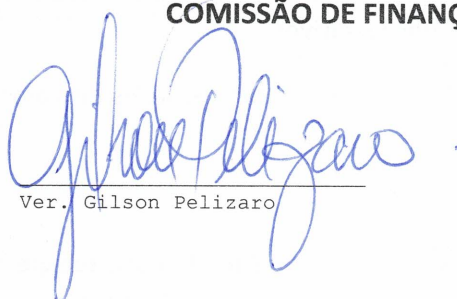
  
Ver. Fransérgio Garcia

  
Ver. Zezinho Cabeleireiro

Ver. Lindsay Cardoso

Ver. Kaká

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

  
Ver. Gilson Pelizaro

Ver. Marcelo Tidy

Ver. Leandro O Patriota

  
Ver. Andrea Silva

  
Ver. Marco Garcia